

SEXUALIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: A ESCOLA VISTA COMO PILAR DE SUSTENTAÇÃO

SHIRLEIA DOS SANTOS PEIXOTO

Faculdade de Educação/UFRJ – Rio de Janeiro - Brasil

XIRLAINE DOS ANJOS SOUSA

Faculdade de Educação/UFRJ – Rio de Janeiro - Brasil

JOSÉ JAIRO VIEIRA

Faculdade de Educação/UFRJ – Rio de Janeiro - Brasil

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a responsabilidade que recai sobre a escola no que diz respeito ao excesso de informações distorcidas pela mídia referente à sexualidade na adolescência, assim como, para a questão de haver diversos casos em que a família omite e/ou impõe valores ao abordar essa temática. Tal fato provoca a necessidade de a escola ter que desconstruir o que foi absorvido de informações inadequadas, como também, suprir o déficit de orientações no âmbito familiar no tange à sexualidade, gênero e educação.

É relevante ressaltar que no Brasil há duas definições acerca das fronteiras cronológicas que marcam a adolescência: a primeira se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº. 8069/1990) que delimita como adolescentes aqueles que tiverem na faixa etária entre 12 a 18 anos de idade incompletos, já a Organização Mundial de Saúde demarca como adolescente o indivíduo entre 10 a 19 anos de idade, esta última estabelece como juventude a faixa etária entre 15 a 24 anos de idade. Esse trabalho envolverá, prioritariamente, a faixa etária apresentada pelo ECA.

Nos dias atuais as informações circulam de forma rápida e acessível, dificultando assim escolher o melhor momento para iniciar uma conversa sobre corpo, gênero e sexualidade já não há possibilidade de escapatória sobre as questões que envolvem esses assuntos, uma vez que no cenário, estão crianças e adolescentes ansiosos pela discussão dos temas. Par que o adolescente não se reprima, o que poderá acarretar futuramente a não liberdade de questionar a temática, a fim de, obter o conhecimento necessário frente às ações e para que o mesmo não tome como verdade absoluta as informações passadas pelos meios de comunicação, torna-se necessário suprir a curiosidade infantil acerca de temas sexuais.

A comunicação/educação é um espaço teórico que hoje se fundamenta nas práticas de formação de sujeitos conscientes; entretanto, é pertinente compreender a complexidade da educação na atualidade, frente aos meios de comunicação de massa que se apresentam como um outro lugar que faz parte ativamente do cotidiano das pessoas, principalmente dos jovens, atuando com a escola, a família e a religião, na maneira como esses jovens estão se vendo e como se relacionam uns com os outros nessa sociedade.

A exploração distorcida da mídia em relação à temática (especialmente a TV), e muitas vezes omissão familiar, como ressalta Gentile (2006, p.22) "[...] O constrangimento dos pais em tratar do assunto aumenta a falta de informação dos jovens e faz com que a escola se torne o principal espaço de educação sexual", faz com que a escola se torne sobrecarregada quanto à formação do indivíduo, devido a isso é possível justificar a inclusão da Orientação Sexual entre os fundamentos da educação, pois ninguém desconhece a grande responsabilidade da escola na formação afetiva, emocional e social do ser humano. Conforme mencionado, é necessário salientar que é sim papel da escola explorar essa temática enquanto ação complementar e não como fonte única de orientação.

É importante ressaltar que existe uma diferenciação entre orientação sexual e educação sexual, uma vez que esta última diz respeito à experiência pessoal e ao conjunto de valores transmitidos pela família e pelo ambiente social nas questões relativas à sexualidade, já a orientação sexual é um processo formal e sistematizado, que acontece dentro da instituição escolar, e constitui-se, portanto, em uma proposta objetiva de intervenção por parte dos educadores. Esta não substitui a família, porém a complementa, de forma que são diferentes os tratamentos dados à questão da sexualidade no espaço privado da família e no espaço público da escola.

Podemos verificar que a preocupação com a educação sexual nas escolas, foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996. Para garantir e auxiliar o desenvolvimento das disciplinas indicadas pela LDB, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) criados em 1996 pelo governo federal que, entre outras indicações, apresentavam a orientação sexual como um dos temas transversais a serem tratados interdisciplinarmente nas escolas, de maneira que conteúdos, objetivos, visões de mundo e concepções pudessem ser trabalhados por todas as disciplinas e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

Na defesa disso, torna-se importante quanto ao papel currículo no processo educativo apontar que segundo Tomaz Tadeu da Silva (1995:195) O currículo não é, assim, uma operação meramente cognitiva, em que certos conhecimentos são transmitidos a sujeitos dados e formados de antemão. O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré-exista à linguagem, ao discurso e à cultura. Em vez disso, o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares.

Geralmente, os conteúdos que envolvem a sexualidade são trabalhados nas aulas de ciências/biologia, com noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano, mas essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades, curiosidades e interesses dos adolescentes, pois enfocam apenas o corpo biológico, não incluindo a dimensão da sexualidade. Contrário a isso, nota-se que é preciso haver programas com propostas que assumam a vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis - DSTs (principalmente a AIDS) e a gravidez precoce, aos quais estão ligados suas formas de prevenção – camisinha e métodos anticoncepcionais, em um só tempo, num trabalho individual e coletivo. Para assim, disseminar informações corretas, como também, dar possibilidade ao adolescente se perceber sujeito a tais conseqüências caso não se previnam por não terem posse de conhecimentos qualificados e ações concretas similares a sua vida sexual.

É de grande importância que nas discussões referente à orientação sexual, reflita-se que a sexualidade é dimensão fundamental na vida do ser humano e tem como características as práticas e desejos relacionados ao prazer, a afetividade, aos sentimentos e ao exercício da saúde e da liberdade. A sexualidade é construída a partir do que fazemos, de tudo que somos e das diversas influências que temos frente à temática. Tais influências como: a história, a cultura, a raiz social, a família que muitas vezes gera limites, mitos, tabus e preconceitos. Nesse enfoque escreve Furlan (2004, p13) [...] O culto ao corpo e a liberdade de expressão da sexualidade são temas do cotidiano, das telenovelas e filmes, todavia, com toda essa avalanche de informações, nem sempre sensatas, a sexualidade, ainda é tratada como um assunto tabu dentro das famílias. Essa pouca discussão entre pais e filhos sobre a sexualidade [...] gerada seja pela ignorância ‘dos conhecimentos para fazê-lo, seja porque se sentem constrangidos para tratar do assunto’.

Para tanto, Louro (1997) afirma em relação aos diferentes gêneros e identidade sexual que enquanto a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos, a identidade sexual está relacionada diretamente à maneira com que os indivíduos experenciam seus desejos corporais, das mais diversas formas: sozinhos/as, com parceiros do mesmo sexo ou não, etc. Torna-se assim necessária a orientação do educador para que não haja qualquer forma de preconceito seja com o próprio indivíduo, seja com o outro. Em geral a identidade e os papéis sexuais estão afinados aos estereótipos culturais dos sexos, considerando, essencialmente, as diferenças genitais. Mas é preciso saber que existe mais do que os homens e mulheres. Entre os dois modelos há uma enorme variedade de conjunção de níveis e intensidades de personalidades cada qual com suas especificidades. No entanto, a sociedade marca, com muita precisão, os gêneros.

Stuart Hall (1997:13) critica o conceito de identidade marcadamente fixa, unificada e estável, ao dizer que, “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” Cabe aos educadores permitir que essas variações de identidades sejam respeitadas e orientadas, para que o indivíduo se encontre nos mais diversos caminhos, facilitando assim suas transformações, e escolhas.

Com a ativação hormonal trazida pela puberdade, a sexualidade aparece em todos os lugares, dentro ou fora da escola, nos movimentos, nas roupas usadas, nas músicas ouvidas, na produção gráfica e artística, nos esportes, trazendo muitas dúvidas, questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o ficar ou namorar, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e homofobia. Quando a escola proporciona espaço para esses debates, ela em muito contribui para a produção do conhecimento, alívio das ansiedades, estímulo à reflexão, senso crítico, entre outros.

Reportando-se as palavras de Furlan (2004, p. 8) [...] considera-se a relevância que a educação sexual precisa ter em todos os aspectos sociais, uma vez que esta se situa num momento social e histórico. No entanto há de se enfatizar a influência dos meios de comunicação sobre essa educação os quais expõem de modo vulgar o corpo, o ato sexual e a sexualidade como um todo, buscando obter audiência, ibope e lucro, assim causando um conflito notável entre escola, família e sociedade.

Os conteúdos de Orientação Sexual podem e devem ser flexíveis, de forma a abarcarem as necessidades específicas de cada turma, com o objetivo de situar o sexo num contexto mais amplo de relacionamento entre os seres humanos, num contexto biológico, psicológico, sociológico e cultural. Nessa perspectiva é preciso que haja um programa de apoio para profissionais da educação, pois muitos não estão preparados para trabalhar essa temática, pois os temas polêmicos da sexualidade abrangem uma ampla compreensão da realidade, demandando estudo, reflexão e um pensamento crítico, a fim de dar o primeiro passo à mudança de atitude em relação à sexualidade, com menos insegurança e mais responsabilidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual – oferecem uma boa base para o trabalho dos professores, mas a sua aplicação dependerá da realidade da escola e como esta concebe a importância da temática orientação sexual no espaço educacional, assim como a qualificação do professor. Ao trabalhar com essa temática a escola deve agir de modo a complementar a função da família. É relevante destacar que antes da inserção da Orientação Sexual no projeto da escola os responsáveis pelos alunos devem ser comunicados, podendo aprovar ou não a presença dos seus filhos nas aulas referentes ao tema.

Uma relação de confiança entre os alunos e o professor é de fundamental importância para o bom andamento do trabalho. Ao conduzir e orientar os debates, o professor não deve emitir opiniões pessoais, mas se preocupar com a participação de todos, buscando estar atento as relações estabelecidas pelos alunos, ao respeito ou à discriminação quando abordado determinado assunto específico ao tema. O que segundo Rosa (2003): “além de garantir o reconhecimento das desigualdades que caracterizam os papéis sexuais, o professor deve propor, também, situações problematizadoras para alunos, como a de executar atividades onde haja a inversão dos papéis ou brincadeiras e atividades cooperativas que garantam a divisão igualitária e não discriminatória das funções e responsabilidades entre meninos e meninas, sistematicamente”.

Não obstante a isso, percebe-se que cada vez mais cedo é preciso que família, escola, religião e sociedade estejam todos voltados por um único propósito o de formar, o quanto antes, a base com a qual a criança será capaz de chegar à adolescência em condições de refletir a respeito das questões pertinentes a sexualidade. Desta forma, o adolescente não estará vulnerável as informações distorcidas transmitidas através dos meios de comunicação. Esse processo o fará um sujeito consciente e autônomo frente às demandas relacionadas à sua corporeidade.

Considerações finais

Identificou-se pelo presente estudo que a temática sobre a sexualidade na adolescência brasileira decorre de diversas discussões trabalhadas em distintos campos do conhecimento científico, como: saúde, educação e ciências sociais. A análise correspondente da temática levantou como um dos pontos principais, perceber entre as questões pertinentes à sexualidade e à adolescência, que se trata de uma fase de transição em que há muitas transformações no corpo do indivíduo no qual o mesmo deixa de ser criança, mas que ainda não é adulto, logo necessita da compreensão e do acolhimento da escola, dos familiares e dos profissionais da saúde para saciar suas dúvidas, mas sem que haja - no esclarecimento destas - uma imposição de crenças.

A sexualidade para os adolescentes representa um valioso campo de descobertas e experiências importantíssimas ao exercício para a construção de seus valores, identidade, sentimentos, que acarretam a constituição de sua autonomia. Em detrimento disso, foi notada pela pesquisa temática que é excessiva a sobrecarga de responsabilidade confiada à escola, na qual deve exercer uma ação qualificada no atendimento às demandas do público adolescente sobre orientação sexual, porém não é dada a mesma, subsídios necessários, como: qualificação profissional, aumento do efetivo de profissionais capacitados e recursos didáticos pedagógicos para esse trabalho conquistar sua eficácia.

Falar sobre sexo na escola continua uma tarefa complicada. A proposta de incluir temas sobre sexualidade no plano pedagógico da escola facilita o desenvolvimento das ações dessa temática, na sala de aula, pelo professor. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação Sexual e sua explicação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura que se deve ter em relação às questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até os conteúdos a serem trabalhados com os alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho.

Neste sentido, cabe aos professores e a escola ultrapassar o papel de meros transmissores sistemáticos de informação. Não dá para se limitar, é preciso transmitir o assunto sobre a sexualidade de maneira clara, sem rodeios, pois o mundo das tecnologias que nos cerca avança cada vez mais e muitas vezes as informações passadas pelos meios de comunicação são inadequadas.

Contudo, espera-se que esse artigo tenha propiciado maior entendimento sobre a função da escola no que diz respeito à sexualidade na adolescência, ou seja, o papel da escola é dar orientação sexual ao aluno e não educação sexual. Na escola é onde surgem as mais diversas situações, nas quais, o educador é chamado a intervir, com isso pode-se afirmar que a implantação da orientação sexual nas escolas contribui para o bem-estar do adolescente na vivência de sua sexualidade atual e futura, porém não cabe a ela unicamente o trabalho formador quanto ao campo da sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Estatuto da criança e do adolescente - ECA- Lei Nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

FURLAN, Samira. **Sexualidade e Educação Sexual: fundamentos e normas**. In: Sexualidade e Educação Sexual: Um estudo sobre as representações das acadêmicas do curso de pedagogia da UnC. Concórdia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde Humana)- Pró-reitoria de Pesquisa e Pós graduação.UnC.Universidade do Contestado de Concórdia, 2004

GENTILE, Paola. **Eles querem falar de sexo**.Revista Nova Escola: Educação Sexual. Abril - 2006.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília (DF), MEC, 1996.

ROSA, J.A.R. **Orientação Sexual** – Discutindo as relas de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres. Revista do Professor, 20, p. 17–22, 2003

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Petrópolis: Vozes, 1995.